

**PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO ESPECIAL, ÀS EMENDAS DE
PLENÁRIO APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.565, DE 2011.**

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até este momento recebemos 21 Emendas. Informaram-me da Mesa que receberemos as próximas 6.

Quero rapidamente dizer que temos aqui Emendas que tratam de alterar os critérios de distribuição que nós colocamos no Substitutivo.

Então, a Emenda do Deputado Alessandro Molon, Emenda nº 1.

A Emenda nº 2, também de Alessandro Molon.

A Emenda nº 3, do Deputado Henrique Fontana, trata da alteração dos índices de distribuição, que nós colocamos pelo Fundo de Participação dos Estados. O Deputado Henrique Fontana propõe alterar para um novo critério, que ele está apresentando na Emenda nº 3.

Também temos aqui a Emenda nº 4, do Deputado Alessandro Molon, também alterando nosso relatório.

O Deputado Onofre Santo Agostini, alterando a destinação para 50% da educação, 50% da saúde.

Depois, a Emenda da Deputada Sueli Vidigal, também alterando a destinação, incluindo o Ministério da Pesca.

Depois, também, a Emenda do Deputado Vieira da Cunha, alterando a forma de distribuição dos *royalties* para os parques de tancagem.

Também temos aqui três iguais do Deputado Vieira da Cunha.

Outra, a Emenda nº 10, tratando da destinação... É do Deputado Darcísio Perondi, alterando do Ministério da Educação para, metade, o Ministério da Saúde.

Emenda nº 11, do Deputado Darcísio Perondi, também alterando a destinação dos *royalties*, incluindo a saúde.

Do Deputado Rodrigo Bethlem, incluindo a mineração nesse projeto, a destinação dos *royalties* da mineração.

A Emenda nº 15, do Deputado Alceu Moreira, altera os índices de distribuição também.

A Emenda da Deputada Carmen Zanotto também destina recursos para outras áreas, além da educação, para a área da saúde.

A do Deputado Oziel Oliveira também destina recursos para a área de segurança pública.

A do Deputado Marcio Bittar também altera destinação dos *royalties*.

Emenda nº 19, do Deputado Roberto de Lucena, inclui recursos para preservação de parques e áreas indígenas. Aliás, o Deputado insistiu comigo durante todos esses meses em aceitar essa Emenda.

A Emenda nº 20, da Deputada Luciana Santos, destina recursos para a educação. Nós acatamos essa Emenda, já está no nosso texto.

A Emenda do Deputado Zé Silva distribui recursos para a extensão rural.

Agora, recebi a Emenda nº 22, do Deputado Pauderney Avelino, que altera os índices de distribuição.

A Emenda nº 23 também altera os critérios de distribuição da partilha.

A Emenda nº 24 também altera critérios. É do Deputado Marcelo Castro.

E há outra Emenda do Deputado Marcelo Castro alterando a distribuição.

Por fim, a Emenda do Deputado Otavio Leite, a de nº 25, estabelece novas regras de distribuição.

As Emendas do Deputado Ronaldo Caiado destinam recursos à saúde.

A Emenda nº 27, do Deputado Darcísio Perondi, também destina recursos à saúde.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu agradeço por essas Emendas, mas nós procuramos estabelecer um projeto que atendesse a certa coerência e a certo critério na distribuição dos *royalties* entre Estados e Municípios do Brasil.

Com essa nossa mecânica, retiramos recursos da União. Recursos de *royalties* e de participação especial foram retirados da União. E estabelecemos o critério de que os Estados produtores e Municípios produtores não perderiam recursos. Tudo que fosse adicionado à produção e, conseqüentemente, à arrecadação de *royalties* e participação especial seria distribuído entre todos os Estados e Municípios.

Também adotamos a linha aqui de destinar os recursos para a educação, porque atendemos ao apelo da Presidente Dilma, através do Ministro Aloizio Mercadante, que compareceu à reunião de Líderes da base e nos colocou a importância, na visão do Governo, de que concentremos os recursos na educação e não só para atendermos aquilo que esta Casa já definiu como prioritário no Plano Nacional de Educação.

É importante dizer que nós aprovamos um Plano Nacional de Educação que vai destinar, em 2020, 10% do PIB para a educação no País. Isso significa que precisamos acrescentar recursos na educação.

Se esta Casa dá importância à educação, há de ser consequente na definição dos recursos que irão sustentar a sua prioridade.

Por isso, Sr. Presidente, é que destinamos a totalidade dos novos recursos de *royalties* e participação especial para a educação; destinamos os recursos da participação especial do que já é arrecadado para a educação também, e destinamos inclusive aquilo que será arrecadado futuramente pelos Municípios e Estados confrontantes a partir de novos contratos também para a educação.

Dessa forma, acreditamos que haja coerência entre aquilo que esta Casa aprovou no Plano Nacional de Educação e aquilo que ela está aprovando em relação às receitas governamentais do petróleo e do gás.

Por isso, Sr. Presidente, nós rejeitamos todos os destaques aqui apresentados e mantemos o nosso relatório.

Muito obrigado.